

1º Congresso Iberoamericano de Museos Universitarios
DIAGNÓSTICO MUSEOLÓGICO EM MUSEUS E ESPAÇOS UNIVERSITÁRIOS DE
MEMÓRIA E CIÊNCIA

Letícia Julião (juliao.leticia@gmail.com)
Eliane Cristina de Freitas Rocha (prof.lili.rocha@gmail.com)
Paulo Roberto Sabino (sabino150@hotmail.com)

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

1. Introdução

As transformações experimentadas pelos museus nas últimas décadas, dentre outros aspectos, têm contribuído para a incorporação de processos de avaliação e planejamento na agenda dessas instituições. A tomada de decisões e a adoção de condutas fundamentadas em diretrizes conceituais e procedimentais consagrados pelo campo museológico têm se tornado cada vez mais comuns, em detrimento das ações de caráter assistemático e casual, muitas vezes orientadas pelo capricho de gestores.

No Brasil, a formulação de uma política de museus, nos anos 2000, foi decisiva para legitimar a avaliação museológica como procedimento indispensável à qualificação dessas instituições. Dentre outras iniciativas¹, a criação, em 2007, do Cadastro Nacional de Museus, estruturou, no âmbito federal, informações de mais de 3,4 mil museus brasileiros, constituindo-se em ferramenta estratégica para a formulação e aprimoramento de planos e de políticas públicas para o setor. Em 2011, o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM lançava o Guia dos Museus Brasileiros (BRASIL, 2011a) e Museus em Números (BRASIL, 2011b), publicações que divulgam dados e estudos estatísticos do setor nos âmbitos federal e estadual, desenvolvidos a partir das informações cadastrais.

A base de dados extensa e capilar do Cadastro Nacional de Museus apresenta potencialidades para o desenvolvimento de diagnósticos verticalizados, referenciados em cenários específicos, tanto do ponto de vista territorial quanto institucional. É nessa perspectiva que se desenvolveu, entre os anos de 2015 e 2016, o projeto **Avaliação Museológica: Coleções e Museus da UFMG**, concebido em face à necessidade de se conhecer a realidade pouco visível dos museus e outros espaços que abrigam coleções na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

¹ A esse respeito vale mencionar a criação do Sistema Brasileiro de Museus, em 2004. o lançamento da Política Nacional de Museus (BRASIL, 2007) na qual consta, como um dos eixos programáticos, a Gestão e Configuração do Campo Museológico, em 2007 e o aperfeiçoamento da legislação para o setor, especialmente com a criação do Estatuto de Museus, em 2007.

Além da extensão de suas informações, a opção de se amparar metodologicamente na estrutura de dados do Cadastro Nacional de Museus considerou também a pertinência de se proceder a análises que mantivessem parâmetros de comparabilidade com os dados nacionais e regionais. Dessa maneira, a estruturação do instrumento de coleta de dados da pesquisa, com poucas alterações, preservou a estrutura do Cadastro. Na verdade, existem duas versões de questionário do Cadastro – 2009 e 2014 – que foram compatibilizadas. Algumas questões tratadas tangencialmente no Cadastro foram ampliadas e outras inseridas, de modo a atender demandas específicas da pesquisa.

O projeto circunscreveu-se a 18 unidades que integram a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG - RMECC, instância criada em 2000 com o objetivo de otimizar, de maneira colaborativa, ações e recursos, sem prejuízo para a autonomia de cada unidade membro. Vale destacar que, embora as unidades da Rede não correspondam à totalidade dos espaços de guarda e/ou extroversão de acervos museológicos existentes na UFMG, estão contemplados neste universo todos os museus e grande parte dos centros de memória, cultura e ciência da universidade².

A coleta de dados observou os seguintes passos: envio e preenchimento on line do formulário; pesquisa *in loco*, para verificação e ampliação de informações e tratamento de dados estatísticos em base de dados modelada no programa SPSS.

O questionário dispõe de 12 campos temáticos, semelhantes aos do Cadastro Nacional de Museus: Identificação da Instituição; Caracterização; Acessibilidade; Gestão; Caracterização Física; Acervo Museológico; Exposições; Atividades Educativas, Culturais e Científicas; Público; Arquivo Histórico; Gestão de Risco;

² Integram a RMECC: Museu Casa Padre Toledo – MCPT; Museu da Escola de Arquitetura; Museu de Ciências Morfológicas – MCM; Museu de História Natural e Jardim Botânico – MHNJB; Espaço do Conhecimento UFMG; Acervo Curt Lange; Centro de Estudos Literários e Culturais - CELC/Acervos Escritores Mineiros; Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer – CEMEF; Centro de Memória da Enfermagem – CEMENF; Centro de Memória da Engenharia, Centro de Memória da Farmácia – CEMEFAR; Centro de Memória da Medicina – CEMEMOR; Centro de Memória da Odontologia; Centro de Memória da Veterinária; Centro de Referência em Cartografia Histórica - CRCH; Espaço Memória do Cinema; Estação Ecológica UFMG; Centro de Pesquisa, Documentação e Memória da Faculdade de Educação - CEPDOC e Centro Cultural UFMG. estes dois últimos recentemente desvinculados da Rede. O Centro de Referência da Música de Minas - Museu Clube da Esquina, em fase de criação, assim como o Centro de Coleções Taxonômicas, Acervos Artísticos UFMG e Acervo Curt Lange incorporados há pouco tempo na REMCC não integraram o universo da pesquisa.

Gestão de Pessoas e Orçamento. O questionário totaliza 95 questões, das quais foram geradas aproximadamente 400 variáveis.

Optou-se ainda pela adoção conjugada de técnicas quantitativa e qualitativa de pesquisa. Somando-se ao questionário, propôs-se a realização de grupos focais - a serem desenvolvidos em uma segunda fase do projeto - como alternativa para enriquecer as informações, verticalizar a compreensão do objeto de estudo e, sobretudo, realinhar abordagens e informações, evitando-se a imposição de problemáticas estranhas ao contexto da pesquisa (SIMÕES; PEREIRA, 2007).

O presente artigo apresenta análises de alguns resultados da pesquisa quantitativa. Especificamente faz algumas reflexões a respeito da caracterização das instituições, acervo, acessibilidade/arquitetura/exposições, público e ação educativa.

2. Que espaços são esses na Universidade?

Embora a Universidade tenha sido criada em 1927, o surgimento de museus universitários é tardio na UFMG, aparecendo somente na década de 1960, quando são implantados o Museu da Arquitetura e o Museu de História Natural. Dois novos museus e/ou espaços com interface museológica foram sendo criados a cada década que se seguiu até os anos 2000, quando surgiram 5 novos espaços, dos quais 4 eram centros de memória ou de documentação de unidades acadêmicas.

Não por acaso ocorre esse salto quantitativo na criação desses espaços. O surgimento da Rede de Museus justamente no ano de 2000 pode ter funcionado como fator gerador de tomada de consciência do valor do patrimônio científico da Universidade, estimulando tais iniciativas. Mas também é preciso considerar que nas décadas de 1990 e 2000 se observa um verdadeiro *boom* de abertura de museus no país (BRASIL, 2011b), movimento que acompanha uma tendência mundial de proliferação desses espaços, muitos dos quais dedicados à preservação de memórias singulares, focalizando experiências históricas específicas, instituições, indivíduos e, sobretudo, determinados grupos sociais, éticos ou culturais. Vale lembrar que essa tendência à fragmentação ou individualização veio se delineando na contramão dos museus com pretensões universalizantes, associados à memória/cultura nacional, e em resposta o fenômeno de aceleração do processo de globalização (ABREU, 1996, HUYSEN, 2004).

Ora, essa tendência manifesta-se claramente no cenário da RMECC. Das 18 unidades pesquisadas, 5 se identificam como museus, uma como unidade de conservação ambiental e uma como centro cultural. As 11 demais unidades, se enquadram na tipologia de centros de memória ou de documentação, sendo que 8 desses espaços se identificam como de memória. A maioria desses 11 espaços foi

criada entre os anos 2000 e 2015, quando está em curso, no plano federal, uma política para o setor de museus e se intensifica no país o debate e a emergência de novos patrimônios, novos atores museais, novos anseios preservacionistas.

Há uma legitimidade indiscutível na proliferação desses espaços na Universidade. Não apenas porque foram responsáveis por salvaguardar o patrimônio científico que de outra forma poderia ter se perdido, mas também porque o gesto preservacionista é expressivo de uma disposição em se firmar identidades das unidades acadêmicas, materializadas em indicadores da memória da docência e da pesquisa.

Mas de outra parte, como ocorre em diferentes esferas da sociedade, esse movimento tematiza um fracionamento de acervos e de histórias/memórias em múltiplos espaços os quais, em muitos casos, perdem suas conexões com a comunidade de origem e destino na qual estão inseridos.

Quanto à temática de que tratam, 9 dos espaços pesquisados, portanto 50%, se identificam com o campo das ciências - exatas, da terra, biológicas e da saúde. Sobressai também o tema da História, identificado por 5 dos espaços pesquisados. Seguem-se 3 espaços que se enquadram na temática das Artes, Arquitetura e Linguística e apenas 1 no tema da Educação, Esporte e Lazer.

3. Patrimônio Universitário

A diversidade tipológica dos acervos sob a tutela dos espaços da Rede atesta a própria natureza universitária dos processos que dão origem a essas coleções. Distintos campos de conhecimento estão contemplados nos acervos, formando o que se pode chamar de patrimônio científico e cultural da UFMG.

Como testemunhos das atividades acadêmicas, algumas coleções foram constituídas para servirem ao ensino, facilitando a transmissão de ideias. Outras são resultados de coletas desenvolvidas por pesquisas e estudos acadêmicos. Em ambos os casos são acervos formados por coletas sistemáticas, epistemologicamente orientadas pelas disciplinas acadêmicas. Diferentemente, as coleções de objetos de C&T, em geral associadas às ciências exatas, tecnologias e engenharias, se formaram circunstancialmente (LOURENÇO, 2009). Integram também este rol os acervos doados à Universidade, constituídos, portanto, fora dos quadros da rotina da vida universitária, acervos particulares de professores e pesquisadores e coleções de arte.

De acordo com dados apurados no diagnóstico, 11 espaços pesquisados dispõem de acervo bibliográfico/arquivístico, superando as demais tipologias de acervo. Isso não significa necessariamente que seja este o acervo privilegiado nas ações das unidades. Mais provável é que, talvez à exceção dos centros de

documentação, sejam acervos subsidiários da atividade fim na maioria desses espaços.

Há um número expressivo de espaços, metade dos 18 pesquisados, que comporta acervos de C&T e de Artes Visuais, sendo também significativo o número de unidades da Rede que reconhecem seus acervos como de História e de Imagem e Som, 8 e 7 respectivamente. São tipologias de acervos que se encontram disseminadas por mais espaços, o que é compreensível, considerando, por exemplo, que grande parte dessas instituições surgiram justamente para preservar objetos em desuso de C&T, os quais constituem, em última instância, referências da história da produção e transmissão de conhecimento na Universidade.

De outra parte, as categorias de coleções de Arqueologia e Antropologia e Etnografia, Digital e de História Natural e Ciência Natural estão concentradas em um dois ou quatro espaços respectivamente. O que não representa que sejam coleções numericamente menores, muito menos pouco significativas do ponto de vista científico.

Sobre as conexões entre os acervos e as atividades de pesquisa, em 8 unidades há coleções constituídas em razão de pesquisa, 5 não têm essa informação, o que indica haver um número expressivo de espaços que desconhecem a trajetória de seus respectivos acervos no âmbito universitário. Em 7 espaços estão sendo desenvolvidas pesquisas atualmente por professores, enquanto em outros 7 isso não ocorre e em 3 não se tem essa informação.

Esses dados indicam que a pesquisa não constitui um denominador comum a esses espaços, como era de se esperar, considerando tratar-se de unidades universitárias. Há mesmo um desconhecimento das conexões, tanto no passado, quanto no presente, entre os acervos e os processos de produção de conhecimento. Nesse cenário, no qual 33,3% dos espaços não estão engajados em pesquisas, há um comprometimento das potencialidades de uso do patrimônio cultural e científico da UFMG, tanto do ponto de vista do ensino, pesquisa e extensão.

4. Público

Há grande heterogeneidade na característica do público dos museus da RMECC. Há cinco instituições que declararam não realizar contagem de público, aspecto sintomático quanto à sua extroversão, bem como é possível identificar quatro que abrem somente com agendamento, devido a dificuldades relativas a recursos (seja humanos ou financeiros) para manter abertura permanente ao público geral.

Conforme apontado por Merriman (2002), há grande heterogeneidade nos

museus e coleções universitárias, sendo possível identificar dois grandes extremos: há museus com maior financiamento, mais vertidos para o público externo (como o *Ashmolean Museum*), e outros formados por coleções de menor apelo ao público externo e com propósitos de uso em atividades de ensino (como as coleções de laboratórios de pesquisa).

Também na UFMG a caracterização de Merriman (2002) tem valor heurístico para se pensar na relação do público com os espaços da RMECC. Neste caso, nota-se que as instituições que dispõem de mais recursos para funcionamento, e que possuem coleções/espaços com maior caráter de extroversão e menos especificamente voltados para atividades de ensino e pesquisa, recebem mais público: Espaço do Conhecimento UFMG, que outrora funcionou em parceria com uma importante empresa de telecomunicações, localizado no Circuito Cultural da Praça de Liberdade e com proposta expositiva interativa claramente voltada ao público geral; MHNJB, com um espaço verde privilegiado na cidade propício a visitas e que abriga importante objeto do patrimônio cultural mineiro, o Presépio do Pipiripau, atualmente em reforma; o MCM, com acervo sobre o corpo humano e com propostas de ações educativas voltadas aos estudantes, especialmente os de ensino fundamental; Centro Cultural UFMG, localizado no centro da cidade de Belo Horizonte, com atividades culturais abertas ao público; MCPT, localizado na cidade de Tiradentes, instalado em um edifício de importância histórica; e Estação Ecológica UFMG, uma área de preservação ambiental que propõe atividades de educação ambiental especialmente voltadas para o público escolar e de ensino fundamental. Outros espaços da rede, como os centros de memória e documentação, não são tão vertidos ao público em geral, destacando-se alguns deles em seu papel de pesquisa e recepção do público pesquisador (no momento em que a pesquisa foi realizada, os espaços CEMEF, CEPDOC, CEMEFAR, CEMEMOR, CRCH revelaram a existência de pesquisas científicas a partir de seus acervos).

Além das características das instituições museológicas quanto à sua vocação e missão, que podem ser explicativas para a atração de público, também é possível dizer que a infraestrutura pode ser empecilho para ampliação de público, conforme a literatura (LOURENÇO et al., 2016). Nas visitas e entrevistas realizadas na rede da UFMG foi possível observar, em algumas falas, a impossibilidade de ampliação do público e da realização de mais atividades educativas e culturais por falta de recursos.

A exemplo do que acontece nos museus da Universidade de São Paulo - USP avaliados por Lourenço *et al.* (2016), a gratuidade não é barreira de acesso à maioria dos espaços da RMECC: onze dos dezoito espaços tem visita gratuita, dois cobram a entrada apenas de eventos específicos, e outros seis cobram do público

geral (tarifas entre R\$ 4,00 e R\$10,00), mas adotam redução de tarifa ou gratuidade para públicos específicos. Há também atividades em alguns espaços (os mais visitados) aos fins de semana (seis unidades informaram abrir aos sábados e cinco aos domingos), embora no período noturno não sejam ofertadas atividades, resultado parcialmente convergente ao encontrado na pesquisa de Lourenço *et al.* (2016), em que se destacava a ausência de atividades noturnas e aos domingos nos espaços pesquisados na USP.

A atração de público para estas instituições requer melhoria de sua inserção junto à comunidade extramuros. Alguns indicadores relativos a esta abertura é a existência de associação de amigos ou fundações de apoio, bem como a realização de atividades culturais e educativas. Quanto ao primeiro aspecto, apenas uma das instituições afirmou ter associação de amigos.

No que diz respeito às atividades culturais e educativas, seis espaços, também os mais visitados (MCPT, Centro Cultural UFMG, Espaço do Conhecimento UFMG, MCM, MHNJB e Estação Ecológica UFMG) informaram ter equipe exclusivamente voltada a tais ações. Destacam-se as atividades realizadas como visitas guiadas, realização de seminários e palestras, aulas, eventos culturais, oficinas. O público informado de tais atividades é, prioritariamente, estudantes universitários e professores (10 espaços); estudantes do ensino fundamental (7 espaços) e ensino médio (8 espaços); terceira idade (5 espaços), comunidades tradicionais, como quilombolas ou indígenas (3 espaços).

5. Acessibilidade e inclusão

Pode-se considerar que a acessibilidade para pessoas com deficiência nos espaços avaliados é muito precária, quando não, inexistente. Tal situação pode ser motivada principalmente pela falta de conhecimento ou sensibilidade de gestores e profissionais de instituições na área cultural sobre o tema, assim como o aspecto financeiro. A universidade reflete a situação de grande parte dos museus brasileiros. Segundo o IBRAM (BRASIL, 2011, p. 104), 49,3% dos museus indicaram não possuir nenhum tipo de instalação para pessoas com deficiência. Dos que informaram possuir, a grande maioria, 78,8% possuem rampas de acesso.

Outro fator importante a considerar é a legislação sobre o tema. Fica claro que um dos principais problemas que atingem os museus universitários também é um reflexo da condição museológica nacional. A falta de uma política pública para fomento e, conseqüentemente, fiscalização da aplicação de leis e normas.

Nesse sentido, ao observar as instituições analisadas, 44% foram criadas após os anos 2000, onde já havia iniciado o processo de implementação de uma política pública para museus orientada para as práticas sociais, a partir da Política Nacional de Museus, em 2003 (TOJAL, 2007). A acessibilidade nos museus também está contemplada em outras legislações como a lei 10.098/2000 e a lei 13.146/2015, que define parâmetros para promoção da acessibilidade na sociedade, incluindo acesso à cultura e seus espaços.

Para analisar as condições de acessibilidade nos espaços pesquisados serão considerados três temas abordados no questionário que, ao serem relacionados, podem auxiliar a criação de ambientes inclusivos nos espaços da RMECC. O primeiro tema é sobre a condição de acessibilidade dos espaços, onde foram realizadas quatro perguntas sobre os recursos oferecidos à pessoas com deficiência. O segundo tema aborda a política de montagem de exposições e o terceiro tema apresenta a caracterização arquitetônica dos locais.

Segundo a pesquisa, das 18 unidades, 10 afirmam possuir algum tipo de recurso para pessoas com dificuldade de locomoção. Entretanto este número deve ser relativizado quando observa-se as reais condições desses serviços. Quase sempre estão relacionados ao simples cumprimento da norma técnica, sem preocupação com uma atitude realmente inclusiva. São ações que visam o espaço físico, como instalação de rampas ou piso tátil, e não se preocupam com o acesso ao conteúdo exposto, utilizando novas possibilidades por meio de estímulos sensoriais e formas de leitura de informações.

Sobre os recursos oferecidos para pessoas com deficiência visual e auditiva, apenas três espaços dizem possuir serviços para este público específico. O que representa apenas 16% das instituições. Mesmo assim, dos seis serviços listados, as três instituições alegam possuir somente metade. Apenas uma instituição possui tradutor em Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS, assim como apenas uma possui sinalização em Braille.

Ao cruzar estas informações com outros dados pode-se perceber que o problema da acessibilidade não é algo pontual. Diversos elementos irão corroborar para o desenvolvimento do atual quadro de exclusão nos espaços.

O segundo tema aborda as exposições. Percebe-se uma ênfase nas exposições de longa duração. 83% dos espaços realizam este tipo de atividade, sendo que deste total, 53% não têm qualquer previsão de renovação. 12 instituições indicaram que realizam exposições temporárias embora, em 2015, tenha havido apenas 3 montagens deste tipo de exposição.

Este quadro pode indicar a falta de investimentos na organização das exposições, seja para atualizar as de longa duração ou desenvolver as temporárias. Assim as exposições montadas sobretudo na época de criação dos centros, se mantêm inalteradas e com os mesmos problemas de acessibilidade. Sem possibilidade de renovação e de criação de novos projetos, que incluam possibilidades de acesso para todos, estes espaços ficam estagnados acentuando suas características de exclusão para pessoas com deficiência.

O terceiro tema a ser analisado apresenta dados sobre a caracterização física dos locais onde estão instalados as instituições. Um elemento importante é que a maioria informou que ocupa imóvel próprio, 73%. O que significa que estes locais não estariam a mercê de mudanças políticas ou financeiras, assim como possuem autonomia sobre estes espaços, podendo executar obras e intervenções arquitetônicas visando adaptações voltadas para a acessibilidade sem depender de aprovações de terceiros. Mas outro dado pode explicar a dificuldade para que isso seja alcançado.

Apenas 22% dos locais apontaram que foram criados para função museológica. Os outros 78% estão em locais alternativos utilizados para outros fins. Este fator apresenta-se como um complicador pois a adaptação desses locais para exercer uma função museológica, entre elas, o atendimento ao público, pode ser um entrave financeiro para estas instituições, dependendo da arquitetura desses ambientes e de suas localizações.

De modo geral observa-se a necessidade de complementação e qualificação dos dados, seja através de pesquisa de observação ou de grupo focal. O cruzamento com outros estudos realizados sobre a acessibilidade destes espaços³ também pode contribuir para a construção de um quadro mais aprofundado desta realidade.

Como resultado percebe-se que a falta de uma política inclusiva nos espaços culturais da universidade em parte responde pelo quadro geral de inacessibilidade das instituições. Com poucos recursos orçamentários e sem uma política que pudesse oferecer alternativas de financiamento, os gestores pouco podem fazer para melhorar as condições de acessibilidade nos espaços da RMECC. A implementação de uma política de inclusão teria que estar alinhada com a própria universidade, pois questões como rotas acessíveis e sinalização, por exemplo, extrapolam a autonomia dos centros de memória localizados no interior do campus.

³ GUIMARÃES, Marcelo Pinto; SABINO, Paulo R. Análise de Condições Operacionais da Acessibilidade e Design Universal nos Museus e Centros de Memória da UFMG: Estudos de Caso no Campus da Pampulha. 2015. PAPIA/PROGRAD; Laboratório ADAPTSE, Escola de Arquitetura, UFMG. (pesquisa não publicada).

6. Considerações Finais

Os aspectos analisados do diagnóstico da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG indicam que os problemas e potencialidades apresentados convergem com outros já discutidos na literatura sobre as especificidades e limitações dos museus e centros de memória universitários. Muitos impasses que esses espaços experimentam decorrem de uma equação ainda não resolvida apropriadamente e que exige equilibrar as funções museológicas de salvaguarda e comunicação ao princípio que rege a vida universitária da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Alguns espaços parecem destinar-se a poucos, mantendo-se como extensão de laboratórios ou centros de pesquisa. Outros, mais bem aquinhoados com recursos, são espaços com maior público: dispõem de acervos mais atraentes e mais bem apresentados, além de oferecerem variada programação cultural e educativa. Alguns desafios enfrentados por esses espaços são comuns aos museus e outras instituições de cultura no Brasil, a exemplo dos problemas relativos à acessibilidade.

A assimetria e heterogeneidade dos espaços, à semelhança dos estudos de Merriman (2002), apontam para a necessidade de uma gestão do patrimônio universitário, à qual deverá se associar uma agenda comum entre os diferentes espaços museais e de memória da UFMG. Em particular, cabe à Rede, como fórum legítimo, o papel de articular e contribuir na disseminação desse debate, assegurando conexões interativas e produtivas entre os diferentes atores interessados e envolvidos na questão. Impõe-se modelar um horizonte de valores, práticas e objetivos comuns, capazes de consolidar uma identidade compartilhada pelos distintos espaços da Rede. O projeto **Avaliação Museológica: Coleções e Museus da UFMG** pode ser compreendido como um passo nessa direção. Mais que somar projetos e atividades, a gestão em rede desses espaços alcançou um patamar, a partir do qual se torna indispensável produzir subsídios informacionais e analíticos para a formulação de ações e programas estratégicos, assim como para a construção de uma política objetiva de gestão do patrimônio cultural e científico da Universidade.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina. Síndrome de museus? **Encontros e estudos**. Rio de Janeiro: FUNARTE/Museu Edison Carneiro. Coordenação de Folclore e Cultura Popular, n.2, 1996. P.51-68.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. Brasília: MinC, 2007. Disponível em <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf>. Acesso em mar. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. **Guia dos Museus Brasileiros**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011a. Disponível em <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_extintos.pdf> Acesso em mar. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. **Museus em números**. Brasília: Ministério da Cultura: Instituto Brasileiro de Museus, v. 1, 2011b. 240 p.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

LOURENÇO, Marta C. **Patrimônio da Ciência e da Técnica nas universidades Portuguesas**: breve panorama no contexto europeu. In.: GRANATO, Marcus; RANGEL, Márcio F. (org.). *Cultura Material e Patrimônio da Ciência e da Tecnologia*. Rio de Janeiro: MAST, 2009. pp. 53-63

LOURENÇO, M. F. *et alli*. Estudo exploratório sobre o acesso aos museus da Universidade de São Paulo. **Museologia e Patrimônio** - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – Unirio/MAST. v.9, n. 1, 2016. Disponível em: < <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/395>>. Acesso em jan. 2017

MERRIMAN, Nick. The current state of Higher Education Museums, Galleries and Collections in the UK. **Museologia**, 2 p. 71-80. Disponível em: <<http://edoc.hu-berlin.de/umacj/2001/merriman-71/PDF/merriman.pdf>>. Acesso em mar. 2017.

SIMÕES, Solange; PEREIRA, Maria Aparecida Machado. A arte e a ciência de fazer perguntas: Aspectos cognitivos da metodologia de survey e a construção do questionário. In: AGUIAR, Neuma (ORG). **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

TOJAL, Amanda Fonseca. **Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus**. 2007. 322 f. Tese (Cultura e Informação). ECA/USP. São Paulo. UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Rede de museus e espaços de ciências. **A rede**. 2015. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/rededemuseus/index.php/a-rede>>. Acesso em set. 2015.